

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Miriam Carla de Souza

Possíveis Contribuições da Psicologia na Rede Pública de Ensino

São Paulo
2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Miriam Carla de Souza

Possíveis Contribuições da Psicologia na Rede Pública de Ensino

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Política Pública.

Orientadora: Alessandra Atti

São Paulo
2014

RESUMO

Diante de inúmeras dificuldades que se expressam no contexto educativo o presente estudo discutiu a importância da formulação de uma política pública que proponha a inserção do psicólogo escolar na rede pública de ensino. Considerando este aspecto estudaram-se possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar para o enfrentamento dessas dificuldades. Para tanto foram utilizados diversos estudos realizados, a partir do ano de 2010, publicados no Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) dentre outros trabalhos. De maneira geral foram identificadas contribuições práticas da psicologia escolar comprometida com uma educação emancipatória do indivíduo o que reforça a necessidade da inclusão deste profissional neste contexto.

Palavras chave: Políticas Públicas, Psicologia Escolar, Dificuldade de Aprendizagem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	04
2.1 Contribuições da Psicologia no contexto Educativo.....	09
3 MÉTODO	11
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

JUSTIFICATIVA

No ano de 2013 foram apresentados e discutidos alguns indicadores e desafios para o desenvolvimento do ensino no Fórum Nacional de Educação. O documento apresenta metas e diretrizes para o aprimoramento da educação brasileira, dentre alguns se podem citar como exemplo, a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania entre outros.

Diante de diversos problemas a serem enfrentados pelo país para construção de uma educação de qualidade, o presente estudo busca evidenciar e discutir a importância da inserção do psicólogo escolar na rede pública de ensino, como uma política pública que possa contribuir para o enfrentamento de diferentes dificuldades que ocorrem no contexto educacional.

Tendo em vista de que essas dificuldades comumente se expressam por meio de queixas relacionadas a problemas de aprendizagem, aos conflitos de relações interpessoais, entre outras. Diante de tais problemáticas apresentam-se algumas das possíveis contribuições da psicologia a cerca desses fenômenos evidenciados no contexto escolar.

INTRODUÇÃO

De acordo com a ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), a Psicologia Escolar e Educacional tem se constituído historicamente como importante campo de atuação da Psicologia, sendo os Psicólogos escolares e educacionais profissionais que atuam em instituições escolares e educativas, bem como se dedicam ao ensino e à pesquisa na interface da Psicologia e Educação.

Diante disso é necessário que se faça uma diferenciação entre a psicologia educacional e psicologia escolar, pois apesar de estarem relacionadas, ambas são áreas distintas. De acordo com Antunes (2008) a psicologia educacional é uma área de conhecimento que tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo, já a psicologia escolar constitui-se como campo de atuação profissional, na qual o psicólogo realizará intervenções no espaço escolar, tendo como foco principal o fenômeno psicológico, e que estará fundamentado em saberes

produzidos, não só, mas principalmente, pela a psicologia da educação.

Apesar da interconexão entre a psicologia e educação o artigo 71 inciso IV da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, aponta que não poderá constituir como despesas de manutenção e desenvolvimento na rede de ensino a assistência psicológica e social. Portanto, tal visão equivocada, não apenas exclui o psicólogo, mas também acaba situando os seus serviços entre outras formas de assistência social, além de se considerar tal atuação como uma despesa, ao invés de um investimento educacional para o aluno. Essa exclusão dos serviços psicológicos soa estranha quando se considera a importância da Psicologia como um dos fundamentos da educação. (PRETTE, 2002)

Diante desse contexto o Fórum Nacional de Educação – FNE que é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, de reivindicação histórica da comunidade educacional , composto por 35 entidades representantes da sociedade civil e do poder público de caráter permanente, foi instituído pela Portaria MEC n.º 1.407, de 14 de dezembro de 2010, possuindo várias atribuições como a participação do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação.

Neste aspecto no ano de 2013 foram apresentados e discutidos alguns indicadores e desafios para o desenvolvimento do ensino em todas as suas etapas para os próximos anos.

O documento aponta que no Plano Nacional de Educação estão definidas como base para o planejamento e as políticas no Brasil as seguintes diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

A partir dessas diretrizes um dos indicadores selecionados para análise e discussão foram o número de matrículas efetivadas no ensino fundamental e médio.

Dados referentes ao ano de 2011 demonstram que de uma população de 77.455.114 crianças e jovens, de 0 a 24 anos, o número geral de matrículas na educação básica e superior foi de apenas 52.118.610, contudo, quando verificado o número de matrículas, segundo a faixa etária e o nível/etapa educacional correspondente, esse número cai para 39.362.826. A análise desse indicador aponta para dois grandes desafios: a) garantir o acesso de todos/as à educação;

b) melhorar a qualidade da educação de modo garantir a aprendizagem e a diminuição da distorção idade-nível/etapa educacional, bem como a correção do fluxo escolar.

É importante salientar que a diferença registrada entre o número de crianças e jovens, o número geral de matrículas e total de matrículas segundo o nível/etapas/idade correspondente, é resultante de múltiplos fatores, dentre eles: a existência de crianças e jovens fora da escola, ingresso tardio no sistema educacional, baixo aproveitamento/desempenho escolar, matrículas em nível/etapa educacional distinta da prevista para a idade própria (incluído a superdotação).

Outro dado que chama bastante atenção indica que 6,54% da população de 15 anos de idade e 80,9% da população 19 anos não concluíram o Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio o percentual de não conclusão entre a população de 19 anos é de 48,9%.

Além dessas dificuldades apontadas pelo Fórum Nacional de Educação outra questão importante colocada pelo II Seminário Internacional "A Educação Medicalizada - Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" ocorrido em São Paulo, refere-se ao fato de a Educação ser hoje uma das áreas nas quais o processo de medicalização tem provocado grandes preocupações. No debate foi exposto que em anos recentes verificou-se um movimento no sentido de diagnosticar crianças e jovens "agitados" e com dificuldades de aprendizagem como portadoras de supostos transtornos como TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e dislexia. A discussão entende os transtornos como supostos porque, apesar do discurso corrente que os apresenta como pontos pacíficos no mundo científico, ainda apresentam inúmeros questionamentos, pois necessitam de comprovação científica rigorosa uma vez que se

vale de métodos e diagnósticos de validade questionável, como mostraram neurologistas, psicólogos e educadores palestrantes.

Nesse sentido o medicamento comumente indicado para esses transtornos é o cloridrato de metilfenidato que se tornou mais conhecido do público pelo nome de Ritalina, do laboratório Novartis Biociência e

Apesar da clara e assumida complexidade do diagnóstico, da imprecisão na própria definição do transtorno, do desconhecimento sobre todos os fatores envolvidos na ação do medicamento sobre o sistema nervoso central e das advertências feitas pelo próprio fabricante sobre reações adversas e riscos de dependência, o consumo do medicamento aumenta em velocidade crescente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa dos usuários de Medicamentos – IDUM, nos últimos anos o consumo do metilfenidato aumentou em 1616%. Em 2000 foram vendidas 71 mil caixas e em 2008 esse número chegou a 1.147.000 (um milhão e cento e quarenta e sete mil) caixas. (Meira, 2012)

Diante desses desafios os quais ainda precisam ser superados, especialmente no que se refere à melhora do processo de ensino aprendizagem, a diminuição da evasão escolar e o processo de medicalização de crianças em idade escolar, inicialmente é fundamental considerar todo o universo de relações interpessoais, intersubjetivas e afetivas que se entrelaçam e se estabelecem em meio ao espaço educacional. As relações entre a família e a escola, entre os alunos e escola, entre professores e alunos e destes últimos com seu modo particular de se relacionar com o processo educativo são circunstâncias que se classificam como uma condição essencial tanto para o ensinar quanto para o aprender.

Desta maneira verifica-se que existe uma diversidade de possibilidades de relações afetivas em meio ao contexto escolar, a partir disso, é significativo considerar a inserção da psicologia como uma política pública neste espaço e suas possíveis contribuições acerca da compreensão das diferentes realidades sociais e constituições vinculares estabelecidas na instituição.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO EDUCATIVO

Para iniciar a discussão sobre as possíveis contribuições da psicologia no âmbito escolar, se faz necessária à devida especificação do conjunto de atribuições do psicólogo nesse contexto.

A literatura especializada utiliza diferentes denominações para se referir ao psicólogo que atua junto às escolas e aos processos educacionais, principalmente as de *psicólogo escolar* e *psicólogo educacional*. O primeiro psicólogo, o escolar, seria aquele que, atuando diretamente na escola, ocupa-se das questões práticas a ela referentes, enquanto o segundo, o psicólogo educacional, seria aquele ocupado em pensar, refletir e pesquisar sobre os processos educacionais em geral. (Dias et a 2014)

Recentemente essa área foi reconhecida como uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) através da Resolução n.º 013/07. Nesse sentido, o CFP descreve algumas tarefas que cabem a esse campo de atuação do psicólogo. Na descrição das atividades, podem ser observados alguns aspectos que descrevem e qualificam a atuação do psicólogo escolar, propondo um trabalho interdisciplinar e integrado aos contextos educacionais, que pode ser desenvolvido tanto individualmente como em grupo, em diferentes níveis, como promoção, prevenção e tratamento. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2007, p.18), o psicólogo

Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais. No âmbito administrativo, contribui na análise e intervenção no clima educacional, buscando melhor funcionamento do sistema que resultará na realização dos objetivos educacionais.

Em outro estudo sobre psicologia escolar Martinez (2010) apresenta diversas possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar a partir de experiências realizadas no âmbito da escola e classifica as mesmas em duas dimensões de atuação.

As primeiras são denominadas de formas de atuação “tradicionais”, as quais estão principalmente associadas à dimensão psicoeducativa do contexto escolar já as segundas são formas de atuação “emergentes” as quais estão relacionadas a uma compreensão mais ampla e abrangente do psicólogo na instituição escolar.

De acordo com a autora, como exemplo de práticas “tradicionais” estão principalmente as atividades que envolvem:

Processo de Ensino aprendizagem

Avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares.

Orientação a alunos e pais

A partir de um olhar atento ao desenvolvimento integral dos estudantes permite ao psicólogo estruturar um trabalho de orientação a alunos e pais, seja de forma individualizada, seja de forma grupal, que contribuir para o desenvolvimento almejado.

Orientação profissional

A orientação profissional é uma das formas específicas da função de orientação na qual os psicólogos têm trabalhado, fundamentalmente, no ensino médio. A tradicional orientação profissional – baseada na utilização de testes para caracterizar habilidades e interesses dos alunos e, em função dos resultados, analisar quais as melhores opções de cursos ou de atividades –, vem se tornando, cada vez mais, um espaço promotor de autoconhecimento, reflexão e elaboração de planos e projetos profissionais.

Orientação sexual

A orientação sexual também constitui uma forma específica da função de orientação na qual se têm produzido mudanças. Nesse sentido, da ênfase dada à informação sobre a sexualidade humana, os sentimentos afetivos nela envolvidos e os cuidados que devem ser considerados, passa-se a destacar a contribuição para o desenvolvimento dos recursos subjetivos favorecedores de um comportamento sexual responsável e positivamente significativo para os envolvidos.

Formação e orientação de professores

A orientação aos professores em relação ao trabalho para superar dificuldades escolares de seus alunos tem sido uma das formas pelas quais o psicólogo também contribui para o processo educativo.

As formas de atuação “emergentes” são expostas estratégias de intervenção cuja complexidade e abrangência implica a estruturação de vários tipos de ações das quais participam, de forma coordenada, outros profissionais da escola.

Na maioria das vezes, esses projetos surgem como resposta aos problemas concretos que se expressam na escola ou na comunidade onde a instituição está inserida. Como por exemplo, a elaboração e coordenação de projetos educativos específicos (em relação, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros).

Outro tipo de atuação nesse aspecto se refere ao diagnóstico, análise e intervenção em nível institucional, especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo. E por ultimo a participação do psicólogo na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola.

Nesse aspecto o profissional pode atuar de múltiplas formas, visando que a proposta pedagógica constitua-se efetivamente como um instrumento útil para a organização coerente do trabalho educativo. Seu trabalho pode ser especialmente importante na integração e na coesão da equipe escolar; na coordenação do trabalho em grupo; na mudança de representações, crenças e mitos; na definição coletiva de funções; e no processo de negociação e resolução de conflitos.

Além dessas diferentes formas de atuação Carvalho e Andrade (2009) salientam também a importância do psicólogo escolar orientar a comunidade escolar a refletir e compreender os aspectos da subjetividade que estão envolvidos no processo de aprendizagem bem como a importância das relações afetivas como parte integrante do aprender e da formação da personalidade do indivíduo no contexto escolar.

OBJETIVO

Discutir a necessidade de uma política pública voltada especificamente para a inserção do psicólogo escolar na rede pública de ensino evidenciando a importância deste profissional por meio de suas atuações e contribuições no contexto educativo.

MÉTODO

Material

Para a realização das discussões, foram utilizados os últimos trabalhos apresentados a partir do ano de 2010 no Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), dentre outras fontes informação.

Procedimento

Foram realizadas consultas no sítio da ABRAPEE para identificar quais trabalhos estariam disponíveis e leituras dos mesmos para identificar especificamente contribuições do psicólogo e políticas públicas, para compor a discussão deste trabalho.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da leitura e análise realizada sobre algumas questões problemáticas que afetam o sistema educacional brasileiro verificou-se que a educação possui grandes desafios a serem enfrentados, tais como melhora do processo de ensino aprendizagem, a diminuição da evasão escolar e o processo de medicalização de crianças em idade escolar. A partir dessas demandas expostas observa-se que a inserção do psicólogo na rede pública de ensino poderá contribuir para qualidade do ensino por meio de sua atuação técnica.

No geral foram identificadas importantes contribuições práticas da psicologia escolar, algumas delas se referem especificamente ao enfrentamento dessas demandas.

No que se refere ao processo de ensino aprendizagem bem como a evasão escolar o psicólogo poderá propor discussões práticas que possam conduzir os alunos a descobrirem o seu potencial de aprendizagem, auxiliando na utilização de mediadores culturais que possibilitem as expressões da subjetividade, refletindo sobre o papel social da escola e da família, assim como as problemáticas que atravessam a vida de pais e filhos. Assistência aos docentes no que se refere aos elementos constituintes do processo ensino e aprendizagem em suas dimensões subjetivas e objetivas, coletivas e singulares, além de desconstruir a visão medicalizante/patologizante que atribui a deficiências do organismo da criança as causas da não aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi identificado que uma política pública que insira a psicologia como campo de atuação no contexto da rede pública de ensino poderá melhorar a qualidade da educação, pois intervirá em situações que possam favorecer a relação positiva entre a família e escola, o diálogo com os educadores no sentido de desenvolver ações no processo de ensino e aprendizagem, além de poder atuar como mediador trabalhando para o fortalecimento do papel do professor como agente principal do processo educativo, bem como construir ações que busquem o enfrentamento de situações naturalizadas no contexto escolar, superando explicações que responsabilizem estudantes, familiares, ou professores pelo fracasso escolar.

Ao longo do presente estudo foram discutidos grandes desafios a serem enfrentados no contexto educativo e diversos subsídios práticos do campo da psicologia escolar nesse âmbito.

Considerando que o conceito de políticas públicas envolvem intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas que sejam socialmente relevantes, é necessário que os gestores de várias esferas reflitam e incorporem em suas agendas a questão da inclusão do psicólogo na rede pública de ensino como uma ação frente aos as demandas explicitadas nesse espaço.

Bibliografia

ANTUNES, M. A. M. (p.470) História da Psicologia Educacional. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) v. 12 n. 2 p.469-475, 2008.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 1, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2014.

CARVALHO, W. N. S. G.; ANDRADE, M. S. Diagnóstico dos Problemas de Aprendizagem, Disponível no World Wide Web: http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE_arquivos/24.p Acesso em 23 de novembro de 2009.

Fórum Nacional De Educação: educação brasileira: alguns indicadores e desafios. Disponível em:

<http://www.fe.unicamp.br/anfope/menu2/links/arquivos/EducacaoBrasileira-Indicadores-versao23-04-13.pdf> . Acessos em 25 maio 2014.

GUZZO, Raquel S. L. et al . Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 26, n. spe, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500012&lng=en&nrm=iso>. access on 28 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>.

MARTÍNEZ MITJÁNS, Albertina. O que pode fazer o psicólogo na escola?. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: . Acesso em: 15 Maio 2010.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 16, n. 1, June 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413 . Acesso em 2 maio 2014.